

Complexos culturais e contribuições feministas para a Psicologia Analítica

Cultural complexes and feminist contributions to Analytical Psychology

Complejos culturales y contribuciones feministas a la Psicología Analítica

*Raul Alves Barreto Lima**

*Durval Luiz de Faria***

Resumo

Este trabalho busca apresentar os resultados de pesquisa realizada com mulheres participantes de coletivos feministas a partir da abordagem da Psicologia Analítica. Considerando a relevância do movimento feminista enquanto teoria e prática que possibilita a revisão crítica em torno da dimensão de gênero e enquanto contribuição para a psicologia, este estudo teve como objetivo investigar as experiências dessas mulheres na intenção de compreender suas motivações e vivências, contemplando como veem o trabalho realizado pelos coletivos, refletindo sobre conquistas, obstáculos e desafios. A pesquisa se norteou metodologicamente pela abordagem qualitativa, utilizando entrevistas semiestruturadas com nove mulheres, as quais foram posteriormente organizadas em temas e grupos temáticos para apresentação dos resultados e análise. Os dados obtidos revelaram o potencial transformativo – individual e coletivo – dos grupos feministas, indicando uma expansão de possibilidades de existir enquanto mulher e suas múltiplas transformações, apontando ainda sobre a importância desses coletivos enquanto espaço de construção de significados do que é ser mulher, de fortalecimento grupal e emancipação individual.

Palavras-chave: *mulher, feminismo, coletivos feministas, psicologia analítica*

* Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, SP, Brasil. E-mail: raulalvesbarreto@hotmail.com

** Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, SP, Brasil. E-mail: dl.faria@uol.com.br

Abstract

This article presents the results of a study conducted with women part of feminist collectives based on the theoretical framework of analytical psychology. Considering the importance of the feminist movement as a theory and practice that enables a critical review of the gender dimension and as a contribution to psychology, the goal of this study was to investigate the experiences of these women to understand their motivations and experiences, including how they see the work carried out by collectives, reflecting on their achievements, obstacles, and challenges. The research was methodologically guided by the qualitative approach, using semi-structured interviews with nine women, which were later organized into themes and thematic groups for the presentation of results and analysis. The results show the transformative power – both individual and collective – of feminist groups, pointing to a growth in the possibilities of existing as women and their multiple transformations, in addition to showing the importance of these collectives as spaces for individual strengthening, deconstruction, and emancipation.

Keywords: woman, feminism, feminist collective, analytical psychology

Resumen

Este artículo busca presentar los resultados de un estudio realizado con mujeres participantes de colectivos feministas desde el enfoque de la psicología analítica. Considerando la relevancia del movimiento feminista como teoría y práctica que permite una revisión crítica alrededor de la dimensión de género y que sirve de aporte teórico a la psicología, el objetivo de este estudio fue investigar las experiencias de estas mujeres con la intención de comprender sus motivaciones y vivencias, incluyendo cómo ven el trabajo realizado por los colectivos, reflexionando sobre sus logros, obstáculos y desafíos. Se trata de un estudio cualitativo, fueron utilizadas en entrevistas semiestructuradas con nueve mujeres, las cuales fueron posteriormente organizadas por temas y grupos temáticos para la presentación y análisis de los resultados. Los resultados apuntan el poder transformador – tanto individual como colectivo – de los grupos feministas, indicando una expansión de posibilidades de existir como una mujer y sus múltiples transformaciones, además de mostrar la importancia de estos colectivos como espacios de construcción del significado de ser mujer, del fortalecimiento grupal y la emancipación individual.

Palabras clave: mujer, feminismo, colectivo feminista, psicología analítica

O presente artigo tem a intenção de apresentar os resultados de uma pesquisa de mestrado em psicologia clínica a partir da abordagem da Psicologia Analítica. Nesse espaço, discutimos sobre a relevância da teoria dos complexos culturais para as análises sobre gênero e feminismo, relacionando com os resultados da pesquisa, que teve como objetivo geral investigar os significados da participação de mulheres adultas em coletivos feministas. Como objetivos específicos, buscou-se compreender as motivações e vivências de participantes dos coletivos feministas, como veem a atuação destes grupos e como percebem suas conquistas, obstáculos e desafios.

Refletindo sobre as condições atuais das mulheres no mundo contemporâneo, é importante reconhecermos diversos avanços em inúmeros setores, seja nos campos de seu desenvolvimento individual, como no âmbito de suas relações, seja nos campos da vida e suas dimensões cultural, social e institucional em seus sentidos amplos.

As mulheres têm atuação expressiva no universo público. Participam ativamente do mundo político, apesar da enorme sub-representação em comparação à participação masculina; estão presentes em grande número no ensino superior – como alunas, professoras e pesquisadoras; têm sido respaldadas por legislações que garantem proteção e asseguram direitos básicos; têm ocupado cargos diversos no mundo do trabalho, como nos postos de liderança, apesar da desproporcionalidade em comparação aos homens e de receberem, muitas vezes, salários menores quando exercem a mesma função; têm suas vozes cada vez mais ouvidas e consideradas nos processos decisórios da sociedade; entre uma série de outras conquistas. Isso muito se deve pelo fato de que muitas mulheres desafiaram e enfrentaram os obstáculos erigidos por um rígido modelo social patriarcal, propondo-se a alterar as realidades que as silenciavam e as limitavam no confinamento em rígidos papéis, estereótipos e padrões de comportamento e existência.

Reconhecer conquistas proporcionadas pela mobilização coletiva de mulheres e dos feminismos implica complementarmente reconhecer que a estrutura de organização pautada na discriminação de gênero – *sexismo* – é algo estrutural, isto é, fazendo um paralelo com o *racismo estrutural* definido por Almeida (2018), o sexismo pensado de forma estrutural revela-se

circunscrito em um processo histórico e político que cria as condições sociais para que mulheres sejam discriminadas de forma sistemática (pp. 39-40). Desse modo, também se trata de algo que é estruturante das instituições, das relações sociais e do desenvolvimento da personalidade.

Ao refletirmos sobre a sociedade brasileira, podemos perceber a existência de forte assimetria nas relações entre homens e mulheres, as quais mostram estar assentadas em diversos estereótipos em relação ao gênero. A partir de uma perspectiva junguiana, procuramos mostrar como tais relações estão permeadas por uma série de repressões que originam e sustentam unilateralidades, bem como assentadas num profundo complexo cultural que tanto influencia na forma como nos desenvolvemos e nos relacionamos. Refletir sobre a mulher, suas muitas representações e relações não é tarefa simples, uma vez que muitas perspectivas são necessárias para investigar um fenômeno tão complexo e marcado por tanta violência, ódio, dissociação simbólica, preconceito e dominação.

A noção de complexos culturais foi inicialmente desenvolvida pelos analistas junguianos Thomas Singer e Samuel Kimbles (2004), ideia que se fundamenta a partir do conceito de *complexo* em Jung (1921/2013c, 1928/2012, 1931/2013a) e na ideia de *inconsciente cultural* desenvolvida por Joseph Henderson (1990), que o define como uma “área da memória histórica que se encontra entre o inconsciente coletivo e os padrões manifestos da cultura” (p. 103).

Como definição de complexos culturais, seguimos as especificações de Kimbles (2006):

Complexos culturais servem para a necessidade básica de pertencimento e para a identidade individual e grupal. . . . Complexos culturais conectam experiências pessoais e expectativas grupais, assegurando que nossa ligação uns com os outros é mediada por pressupostos inconscientes sobre etnicidade, raça, gênero, e os processos de identidade social. . . . Em outras palavras, organizam a vida grupal e proveem um sentido de continuidade histórica. (pp. 96-98)

As dinâmicas dos complexos culturais operam no nível grupal da psique individual e dentro da dinâmica do campo da vida grupal. Elas são

expressões de profundas crenças e emoções caracteristicamente expressas por meio de representações, imagens, afetos, padrões e práticas grupais e individuais (Kimbles, 2004, p. 199).

A partir dessas características, podemos refletir a respeito de como uma cultura patriarcal em que prevalece a lógica da dominação masculina determina para as meninas e mulheres, desde a mais tenra idade, certos modelos de comportamento, como as cotidianas formas de silenciamento e submissão, com suas inúmeras implicações. Nesse sentido, a própria prática clínica mostra-nos o quanto muitas das demandas e formas de sofrimento expressas pelas mulheres estão entrelaçadas, assim como mencionado por Kimbles (2006), em padrões, crenças, imagens e afetos que estão diretamente conectados a modelos discriminatórios de gênero, que inferiorizam as mulheres e interferem negativamente em como desenvolvem e expressam autoconfiança e autoestima, por exemplo.

Já que mencionamos sobre o silenciamento das mulheres e considerando que os complexos culturais podem ser percebidos nas relações interpessoais, podemos refletir também como, no cotidiano das relações, a autoridade e legitimidade de poder falar e o silêncio estão fortemente associados ao gênero e parecem reproduzir-se de forma espontânea. Tomemos como exemplo as dificuldades diárias que mulheres encontram para se fazerem ouvidas, principalmente quando há a presença masculina em certos contextos. Nessas situações, não é incomum se fazerem presentes reações comportamentais e emocionais em que homens demonstram impossibilidade de escuta e invalidação do que está sendo expresso por uma mulher, ou até mesmo agressividade e irritação quando confrontados ou interrompidos por uma mulher. Complementarmente, também surgem, por parte das mulheres nessas situações, sensações de insegurança, desconforto e descrédito para consigo mesmas ou para afirmar um posicionamento próprio.

Reconhecemos também que o enfrentamento ao sexismo se configura nas práticas diárias do cotidiano, pois configura-se nas formas de tratamento discriminatório em função da condição de ser mulher (Bates, 2016, p. 3) e tende a enraizar-se de forma profunda, dificultando que possamos compreender a natureza discriminatória imbuída em determinadas práticas e valores. Nesse ponto, reside algo caro à Psicologia Analítica e às suas

investigações a respeito de gênero: como a opressão sexista interfere no desenvolvimento da psique e o quanto essa internalização limita o desenvolvimento individual e as relações interpessoais, dificultando outras possibilidades mais saudáveis de se expressar e se relacionar com os outros e com o mundo.

É importante constatar as muitas transformações que ocorreram no decurso da História e como as representações sociais foram mudando e moldando novas imagens de ser mulher na sociedade. Muitas mulheres resistiram às convenções, contribuindo para o nascimento dos movimentos feministas e suas múltiplas propostas e reivindicações, o que inegavelmente colaborou para a transformação das relações sociais e para uma forma mais diversificada de estruturação psicológica e de pertencimento no mundo.

As mulheres engajadas em movimentos feministas têm discutido questões de extrema relevância para a psicologia. Para tentar dar conta disso, requer-se um olhar psicológico sobre esses fenômenos que contemple tal multiplicidade. Nesse sentido, consideramos um feminismo plural, permeado pela diversidade de pensamentos e representações de ser mulher.

Procuramos, nessa intenção desafiadora, ouvir as vozes das mulheres que resistiram e ainda resistem na tentativa de alterar a realidade e construir possibilidades de relações mais horizontais e simétricas proporcionadas pela *alteridade*, sendo esta entendida como uma forma de relação mais igualitária para com as diferenças.

Iniciamos com dados que revelam desigualdades que tocam não apenas o gênero como algo isolado, mas que se complexifica diante de interseções como as dimensões racial e de classe social.

Um primeiro dado refere-se ao tempo médio de horas semanais dedicadas aos cuidados de pessoas e/ou afazeres domésticos. De acordo com a pesquisa *Estatísticas de Gênero: Indicadores Sociais das Mulheres no Brasil* (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE], 2018, p. 3), as mulheres gastam 18,1 horas; e os homens, 10,5 horas. Considerando o indicador cor/raça, a diferença é pouca, mas as mulheres negras trabalham 18,6 horas se comparadas às mulheres brancas (17,7 horas). Interessante notar que, em relação ao indicador idade, o gasto de horas vai aumentando conforme envelhecem – 15 a 29 anos (15,8 horas); e 60 ou mais (19,3 horas).

Quanto à renda, as mulheres recebem cerca de $\frac{3}{4}$ – R\$ 1.764 – do que recebem os homens – R\$ 2.306 (IBGE, 2018, p. 4), questão que também está relacionada ao tempo que se dedicam ao trabalho não remunerado, como já exposto. Quando vemos indicadores de raça, as diferenças sinalizam o acirramento das desigualdades, pois os homens brancos fazem parte do estrato populacional com melhores rendimentos, e a maior distância se dá quando se comparam os rendimentos das mulheres pretas ou pardas (IBGE, 2019, p. 3).

Considerando o indicador mercado de trabalho e a ocupação em cargos gerenciais, a proporção de homens nesses cargos é de 60,9%; e a das mulheres é de 39,1%. Essa proporção aumenta em benefício dos homens conforme o avanço da idade. Quando visualizamos o indicador racial, a vantagem ainda é da população branca em detrimento da população preta ou parda – 60,3% a 39,7%, respectivamente (IBGE, 2018, p. 11).

Sobre a representatividade e participação política, o cenário não é diferente. No cenário internacional, em 2017, o Brasil ocupava a 152^a posição de um *ranking* de 190 países: a presença de mulheres em cadeiras na Câmara dos Deputados era de 10,5%, e, no Senado, de 16% (IBGE, 2018, p. 9). Quando adicionamos o indicador cor/raça, a diferença faz-se novamente evidente (IBGE, 2019, p. 11): deputados federais (brancos: 75,6%; pretos e pardos: 24,4%); deputados estaduais (brancos: 71,1%; pretos e pardos: 28,9%); e vereadores (brancos: 57,9%; pretos e pardos: 42,1%).

Para fechar esta seção, mencionamos um último tópico que acreditamos revelar a urgência dos estudos sobre gênero, e a partir dele, entendemos que se revela como sintoma crônico de uma sociedade imensamente adoecida em seu dinamismo patriarcal negativo, opressor e violento, que, em sua prática, revela o grau máximo a que a brutalidade e o ódio às mulheres podem chegar: a violência contra a mulher e o feminicídio.

De acordo com o *Atlas da Violência* (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada [IPEA], 2019, pp. 35–38), no ano de 2017, houve um crescimento do assassinato de mulheres, configurando 13 mortes por dia e um total de 4.936 assassinatos no ano. Numa série histórica que compreende os anos de 2007 a 2017, esse crescimento foi de 30,7%, e, no cenário nacional, houve prevalência assustadora nos estados do Rio Grande do Norte (214,4%),

Ceará (176,9%) e Sergipe (107%). De forma similar aos tópicos abordados anteriormente, a diferença estatística que contempla a desigualdade racial indica que, no intervalo dessa década, a taxa de homicídio de mulheres não negras cresceu 4,5%, enquanto a taxa de mulheres negras cresceu 29,9%.

Elencamos brevemente esses pontos no intuito de apontar a relevância de um olhar sensível e aprofundado sobre a dimensão de gênero e sua interface com as demais realidades, a fim de que possamos complexificar as análises em torno de temas que se fazem tão urgentes na contemporaneidade.

REVISÃO DE PESQUISA

Na revisão de literatura, foram selecionados alguns trabalhos que convergem com os objetivos da pesquisa, ou seja, trabalhos que abordaram as motivações e os relatos das experiências de mulheres feministas junto aos movimentos que atuam.

Nascimento (2015) realizou uma pesquisa que tinha como objetivo conhecer a estrutura e dinâmica de um coletivo feminista na cidade de Natal/RN, bem como abarcar as experiências dessas mulheres contemplando o caráter subjetivo e objetivo delas. A autora entende que o movimento feminista configurar-se-ia como um espaço possibilitador de autonomia, já que procura rever discursos e desconstruí-los de maneira crítica e reflexiva, na tentativa de superar condições que sustentam as variadas formas de opressão e preconceito.

Abordando a noção de emancipação, a autora a compreende como uma construção contínua da identidade que “se constrói a partir das diversidades e multiplicidades de experiências” (Nascimento, 2015, p. 27). Para além de uma ação meramente individualista, tomar o coletivo feminista como emancipatório é reconhecer, também, um movimento que lê “diversas singularidades” (p. 45) e que se posiciona no lugar do “eu-nós” (p. 51).

As falas das participantes evidenciam que “‘ser mulher’ configura-se como uma experiência compartilhada historicamente com a multiplicidade de mulheres, ainda que seja uma experiência singular para cada uma”

(Nascimento, 2015, p. 47). Nas palavras de uma participante, “eu sou feminista por reconhecer a opressão não só minha, como de outras mulheres” (p. 101).

Nascimento (2015) conclui que a participação em coletivos feministas proporcionou um processo de conscientização de si que ampliou tanto a visão pessoal quanto coletiva, propiciado pelo contato entre os pontos em comum e os pontos que as diferem enquanto indivíduos singulares, expressos pela diversidade dos diversos jeitos de ser e se sentir mulher.

Cisne (2014), pensando sobre o processo de conscientização de mulheres feministas e trazendo as falas de mulheres participantes do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), na Marcha Mundial de Mulheres (MMM) e na Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB), também se propõe a ouvir o que elas têm a dizer sobre suas experiências. A autora procurou “explorar a importância do feminismo para a constituição das mulheres como sujeito político individual e coletivamente” (pp. 154–155).

Concepções como “necessidade de apropriação de si”, “reapropriar-se de si”, “cuidado de si”, “perceber-se na outra”, “compartilhamento das experiências”, entre outras, fizeram-se presentes (Cisne, 2014), confirmando as afirmações de Nascimento (2015) sobre a possibilidade desses coletivos feministas na qualidade de espaços de contato e troca configurarem-se como lugares de potencialização do sujeito. As narrativas tratam de uma condição transformadora, pois, enquanto procuram reconhecer e desconstruir as diversas estruturas de opressão e violência, acabam alcançando transformações que são vividas e sentidas em suas singularidades. Nesse sentido, a participação de um movimento de caráter coletivo não dilui a individualidade daquela que experimenta as vivências de troca, mas parece fazer emergir um tipo de consciência de si mais amplo, coeso e integrado. Numa linguagem feminista, um processo emancipatório de empoderamento e apropriação de si respeitando as singularidades das outras mulheres.

Zanetti (2009, 2011) também realizou estudo similar, com o objetivo de investigar experiências de jovens feministas na cidade do Rio de Janeiro. A autora também obteve resultados que indicam a importância dos coletivos feministas na transformação da visão de mundo e de si mesmas por meio das falas das mulheres entrevistadas. Ao adotarem uma postura crítica

diante das convenções sociais e das categorias que estruturam e legitimam o machismo e o discurso patriarcal que inferioriza as mulheres, as jovens acabam por reconhecer a profundidade das condições de opressão em suas vidas. Esse compartilhamento de experiências, em que as mulheres são acolhidas nesses espaços, mesmo que evidenciem vivências distintas, trazem o grande denominador comum que é a condição inabarcável de ser mulher, já que esta não é compreendida em limitadas dimensões de existência e expressão. As participantes declaram que se sentiram mais seguras em se posicionar criticamente diante de valores e práticas consideradas machistas, ampliando, assim, suas possibilidades de estar e agir no mundo (Zanetti, 2009, p. 50).

Psicologia Analítica: aproximações e revisões

Um ponto que aproxima o feminismo da teoria junguiana é justamente o da elaboração teórica de Jung (1928/2012) a respeito dos arquétipos da *anima/animus* e dos arquétipos masculino e feminino.

O autor declarou que todo homem sempre carregou a imagem da mulher dentro de si e que a mulher igualmente carrega a imagem do homem, definindo a *anima* – contraparte feminina na psique do homem – pelo seu caráter erótico e emocional, enquanto o *animus* – contraparte masculina na psique da mulher – teria um caráter raciocinador e opinativo. Por serem arquétipos, eles estão relacionados às inúmeras imagens e experiências vivenciadas com o ser masculino e o feminino – e, por serem imagens mais próximas do nível coletivo do inconsciente, funcionam de maneira projetiva (Jung, 1931/2013a, pp. 210–211).

Os pontos de tensão entre uma teoria que discute gênero e a teoria junguiana dão-se justamente pelo fato de que, muito do que Jung (1928/2012, 1931/2013a) teorizou sobre *anima/animus*, feminino e masculino, estava consonante com o momento histórico no qual viveu. O autor relacionou esses dois arquétipos às características sexuais e aos papéis de gênero culturalmente construídos e esperados de homens e mulheres, o que ocasionalmente se alinhou com muitos estereótipos existentes, como é

possível constatar nas seguintes passagens: “A mulher tomada pelo animus corre sempre o risco de perder sua feminilidade, sua persona adequadamente feminina” (Jung, 1928/2012, p. 100) – e nesta:

O mundo feminino é composto de pais e mães, irmãos e irmãs, maridos e filhos. . . . O mundo do homem é o povo, o “Estado”, os negócios etc. . . . Para o homem, o geral precede o pessoal; daí o fato de seu mundo ser composto de uma multiplicidade de fatores coordenados, enquanto para a mulher o mundo além do marido acaba numa espécie de nevoeiro cósmico. (Jung, 1928/2012, p. 100)

As citações cá apresentadas estão presentes no texto sobre *anima* e *animus*, no Vol. 7/2 das *Obras Completas* de Jung (1928/2012). Notemos que as definições de Jung (1928/2012, 1931/2013a) reforçam determinados estereótipos a respeito do gênero, como a separação entre mundo público e privado como representantes do universo masculino e feminino, respectivamente, ou a ideia de que a mulher tomada pelo *animus* – como, por exemplo, agindo de forma mais racional ou opinativa – indicaria que ela está agindo de forma “menos feminina”, já que uma sociedade sexista a define como naturalmente mais emocional e menos racional. Essas e outras caracterizações de Jung (1928/2012, 1931/2013a) fomentaram as críticas e revisões pós-junguianas a respeito da temática e dos perigos de a teoria corroborar a reprodução de uma lógica discriminatória em termos de gênero.

James Hillman (1985) foi um importante autor pós-junguiano que iniciou a abertura para ampliação do debate teórico em torno dos arquétipos e, tendo escrito mais a respeito do arquétipo da *anima*, declarou que sendo, um arquétipo, ela não pode estar circunscrita exclusivamente na psique masculina, mas que também está presente na psique das mulheres (Hillman, 1985, pp. 67–69). Em resumo: “o arquétipo da *anima* não pode ser limitado à psicologia específica dos homens, visto que arquétipos transcendem homens e mulheres, suas diferenças biológicas e seus papéis sociais” (Hillman, 1984, p. 53).

Em ensaio intitulado “Sobre a Feminilidade Psicológica” (Hillman, 1984, p. 191-261), o autor analisa algumas das teorias que versaram sobre

a realidade das mulheres, quase todas elas com perspectivas exclusivamente masculinas, criando e sustentando muitos dos estereótipos sobre a inferioridade feminina.

Observando as fantasias arquetípicas ativas em épocas passadas, podemos compreender mais facilmente o específico fator arquetípico presente nas teorias da inferioridade feminina de nossos dias. . . . A imagem da inferioridade feminina não mudou, porque permanece a imagem que é dada na psique masculina. As teorias do corpo feminino se baseiam preponderantemente em observações e fantasias de homens. Essas teorias são declarações da consciência masculina confrontada com seu oposto sexual. Não é de admirar que níveis arquetípicos de inconsciência intervenham na formação da teoria (Hillman, 1984, pp. 196–220).

É importante enfatizar que para Hillman (2010), os arquétipos constituem “os padrões mais profundos do funcionamento psíquico” (p. 33), apresentando-se por meio de imagens, que podem ser apreendidas e experimentadas por meio da imaginação. Um dos pontos basilares para o autor é a adoção de uma perspectiva metafórica em contraposição à literalização das imagens, mais valorativa do que substancial sobre as experiências.

Essas considerações são fundamentais para a teoria, uma vez que, dentro da abordagem junguiana clássica, as discussões iniciais sobre masculino e feminino arquetípico, *anima/animus*, aproximavam-se de perspectivas mais essencialistas e universalizantes em relação ao gênero, como o entendimento da existência de certas características inerentes aos chamados princípios feminino/masculino, sendo que a abordagem mitológica das deusas/deuses contribuiu para sedimentar o entendimento de qualidades eternizadas e *a-históricas* de certas características (Samuels, 1992).

Enfatizamos que a realidade psicológica é enormemente influenciada pelos acontecimentos culturais, sociais e históricos, perspectiva que conflita com concepções essencialistas, e aqui deixamos as contribuições de Stoupas (2015):

. . . aqueles que viram o feminino nessa nova modalidade começaram a tomar isso como veneração, tomando esses caminhos como a reemergência das Grandes Deusas mitológicas no século XXI, mas também uma veneração do arquétipo do feminino por si só. Em algum grau, isso permite uma

abertura para uma literalização através das imagens. Por conta das imagens de mulheres serem geralmente usadas para representar o feminino, o feminino arquetípico e as mulheres tornam-se misturadas mais uma vez. . . . Representações do feminino como as deusas gregas – algumas das imagens mitológicas que a psicologia profunda privilegia – podem não ressoar com o público contemporâneo que não experimenta essas imagens num contexto cultural. (Stoupas, 2015, pp. 76-77)

Na psicologia profunda. . . , a crença numa função curativa do feminino abarca a percepção de que o modo como o feminino é faltante, perdido e desconsiderado no mundo externo, impede um equilíbrio e totalidade psíquica. O feminino é, portanto, invocado numa tentativa de balancear excessos ou ausências que parecem originarem-se da cultura patriarcal. Como resultado, o feminino é, conseqüentemente, venerado como uma força divina ou transcendente, romantizada como uma panaceia de adversidades socioculturais, projetadas nas mulheres como as portadoras desse potencial curativo. Eu, contudo, encontro na veneração, romantização e projeção do feminino na psicologia profunda, problemática, especialmente quando o feminino é esperado para servir como função curativa tanto para a psique individual, quanto a psique cultural e coletiva do Ocidente. . . . Eu argumento que mais do que simplesmente venerar o feminino transcendente na psicologia profunda, o feminino deve ser entendido como uma ficção psicológica que auxilia na navegação da psique através das realidades socioculturais da cultura patriarcal. (Stoupas, 2015, p. 2-3)

Interessante pontuar que a respeito desse “potencial curativo e/ou função curativa” inerente à integração do feminino, encontramos paralelo quando o próprio Jung (1927/2011a) dá a diretriz do enorme peso dessa tarefa atribuída às mulheres: “é função de *Eros* unir o que o *Logos* separa. A mulher de hoje está adiante de enorme tarefa cultural que significa talvez o começo de nova era” (p. 144).

Partindo de uma abordagem não-essencialista, Samuels (1992) lança questionamentos críticos para a suposta existência de algo inatamente masculino e feminino, ao passo que, distanciando-se para além de um princípio feminino, compreende as imagens de feminino e masculino como metáforas para a alteridade, para o conhecimento do outro, para a experiência da diferença. Rowland (2002, p. 40) tem entendimento similar

ao abordar sobre os arquétipos da *anima/animus*, os quais podem ser compreendidos como uma faceta múltipla de um único arquétipo que se expressa de forma plural, a fim de anunciar a diferença, o outro.

É a partir do enaltecimento das experiências da diferença de mulheres feministas que esse trabalho se orientou. Portanto, sintetizamos nossa perspectiva com as palavras de Samuels (1992):

Estou interessado em saber com o que a diferença se parece, como é a experiência da diferença. . . . Não o que é uma mulher, mas como é uma mulher. Não a estrutura arquetípica do mundo da mulher, mas da experiência pessoal da mulher no mundo de hoje. Não sobre o significado da vida da mulher, mas da experiência da sua vida. Cada pessoa permanece como “homem” ou “mulher”, mas o que isso significa para cada um torna-se imediato e relativo e, assim, capaz de expansão produtiva e desafio cultural. (p. 125)

MÉTODO

O método utilizado guiou-se pela abordagem qualitativa atrelada ao paradigma junguiano (Penna, 2013), por privilegiar uma abertura à perspectiva sistêmica, complexa e simbólica para análise interpretativa dos sentidos e significados dos fenômenos em estudo.

Participaram nove mulheres na faixa etária de 21 a 39 anos. Outro critério de inclusão era que fossem participantes de coletivos feministas das regiões Nordeste e Sudeste do País. Como instrumentos, utilizaram-se um questionário sociodemográfico (nome, data de nascimento, cor, naturalidade, composição familiar, estado civil, escolaridade e profissão) e a realização de entrevistas semiestruturadas.

Em termos de procedimento de intervenção, as participantes foram contatadas por meio do “Comunicado de Pesquisa”, e aceitando a participação, assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Os encontros foram realizados nos locais sugeridos pelas participantes conforme a disponibilidade de cada uma, e uma parte se deu por meio de encontros presenciais e outras com recurso de chamada de vídeo. O tempo médio de duração das entrevistas foi entre uma hora e uma hora e meia.

Os dados foram coletados por meio de entrevistas semiestruturadas, gravadas para posterior transcrição e análise dos dados. Em termos de procedimento de análise, os dados foram tratados segundo a “análise de conteúdo” proposta por Bardin (2016) e adaptada por Faria (2003). Os conteúdos foram divididos em grupos temáticos e temas conforme a Tabela 1.

Tabela 1 – *Grupos Temáticos*

		Grupos		
		I – Motivações e experiências no movimento feminista	II – Irmãs de dentro e de fora	III - Tornar-se mulher/mulher como devir
Temas:	Motivações pessoais			Mulheres da família
	Percepções, vivências e atuações		Relações com as mulheres	Cultura, estereótipos e a internalização da opressão
	Conquistas e desafios			Transformações e impermanências do ser mulher

Em relação aos cuidados éticos, a pesquisa guiou-se pela preservação da confidencialidade, sigilo e privacidade, tendo sido realizada após a aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), segundo os critérios estabelecidos pelas Resoluções n. 466 de 12 de dezembro de 2012 e n. 510 de 7 de Abril de 2016 do Conselho Nacional de Saúde do Ministério da Saúde (CONEP/CNS/MS), sendo posteriormente aprovada pela Plataforma Brasil.

RESULTADOS E ANÁLISE

Fizeram parte da pesquisa nove mulheres participantes de coletivos feministas. Cinco delas residiam em São Paulo e as demais no Nordeste (duas no Recife, uma em outra cidade de Pernambuco e uma na Bahia). Cinco delas identificaram-se como brancas, uma não respondeu, duas identificaram-se como pretas e uma como parda. A média de idade foi de 29,4 anos (mínimo: 21; máximo: 39 anos). Seis eram psicólogas e uma, estudante de psicologia. Uma era advogada e uma, estudante de Direito. Após a transcrição, as falas foram dispostas por grupos temáticos e temas, conforme a Tabela 1.

Grupo temático I – Motivações e experiências no movimento feminista

A respeito do Grupo Temático I, as mulheres trouxeram falas que versaram sobre o sentimento de liberdade e escolha na intenção de romper silêncios e encontrar potencialidades. As narrativas foram carregadas de um desejo por transformação individual, partilhadas num espaço de fortalecimento coletivo, identificado como um espaço de reflexão, fala, escuta, acolhimento e cuidado. Inclusive se considerada a necessidade de alcance juntos aos homens:

“É de a gente se escutar e de se entender né, é de ter aquela empatia uma pela outra, por ser mulher e por estar nessas diversas pluralidades”. (Raquel)

“É isso que o feminismo ele vem falar, do lugar da experiência e ele surge desse lugar da experiência. . . . Não é só o ato de fala, é de escuta também. Lugar de ação também, né. . . . Experiências que se generalizaram num sujeito mulher assim, né, tipo ‘o que é ser mulher? . . . São pautas totalmente diferentes que elas precisam ser integradas e respeitadas e colocadas a prioridade a partir da opressão que não é só sendo estabelecida pra mim, né”. (Fátima)

“Um dos motivadores pra essa construção é de como a gente constrói um mundo onde a gente fale das nossas necessidades, mas que a gente entenda e compartilhe desse mundo com os homens que tão ali. O feminismo tá aí pra

todo mundo. Agora o quanto também você vai se dispor a sair do machismo é que é um outro espaço, né; e a gente acaba sendo esse lugar de provocar também nesses espaços aos homens a reflexão, a escutar, a repensar”. (Lou)

Em relação às conquistas e desafios, todas abordaram os aspectos positivos dos coletivos feministas enquanto espaços que produzem redes de cuidado e possibilitam refletir sobre temas importantes para a sociedade. Entretanto, o tema mais entendido como desafio foi a questão da violência e sua naturalização:

“Porque quando você passa por uma situação dessa, é meio que automático você se culpar. É tipo, ‘nossa, será que se eu tivesse feito tal coisa, talvez não teria passado por isso’, sabe? Eu acho que esse é um sentimento. Tá muito aí enraizado, e pra ir desestruturando é difícil”. (Wilma)

Um ponto de análise em relação ao exposto é que as relações nos coletivos não demonstram uma diminuição dos aspectos individuais. Na verdade, apontaram a possibilidade de fortalecimento. Como afirma Jung (1946/2011b):

A realização consciente da unificação interior é inseparável da relação humana, que é uma condição indispensável, pois sem vínculo com o próximo, reconhecido e aceito conscientemente, a síntese da personalidade simplesmente não se faz. . . . O fortalecimento interior do indivíduo nada, absolutamente nada tem a ver com uma forma em nível superior do endurecimento do homem massificado, nem com uma atitude de isolamento espiritual e de inacessibilidade, por exemplo. Muito pelo contrário, ele inclui o próximo. (Jung, 1946/2011b, p. 119)

. . . há também experiências positivas como por exemplo um entusiasmo saudável que incentiva o indivíduo a ações nobres, ou um sentimento igualmente positivo de solidariedade humana. Fatos deste tipo não devem ser negados. A comunidade pode conferir ao indivíduo coragem, decisão e dignidade que ele perderia facilmente no isolamento. (Jung, 1950/2013b, p. 131).

É pertinente dizer que esse espaço coletivo possibilitador de conscientização não foi definido de forma romantizada, uma vez que a

transversalização de opressões e os conflitos que daí emergem foram reconhecidos como fonte de crítica e transformação, como quando se tomam em consideração os recortes de raça e classe presentes nas relações nesses coletivos:

“A sororidade dá conta dos feminismos todos? . . . Ela consegue fazer isso para além da posição que ela ocupa? Não só em termos de gênero, mas de todas as outras posições que ela ocupa?”. (Conceição)

“. . . Porque, além da opressão de ser mulher numa sociedade machista, elas sofrem por serem negras numa sociedade racista”. (Wilma)

Grupo temático II – Irmãs de dentro e de fora

Sobre as relações grupais, estas foram definidas como positivas, muito voltadas a uma lógica horizontalizada de amizade, mas, complementarmente, as falas anteriormente citadas dão conta das problematizações em torno das diversidades e como trouxeram um impulso para o aprendizado diante de conflitos, como quando Fátima declara que se sente o tempo todo confrontada em aprender com a diferença. “No movimento feminista, há necessidade da diversidade, da divergência e da diferença se nós quisermos crescer. . . . Mulheres não precisam erradicar diferenças para sentir solidariedade. Nós não precisamos compartilhar opressões comuns para lutar pelo fim da opressão”. (Hooks, 2015a, p. 67).

Tais concepções se aproximam do dinamismo da alteridade, conforme descrito por Byington (1994): “A percepção simbólica da dimensão social é necessária no dinamismo de alteridade para se poder almejar um relacionamento interpessoal igualitário, criativo e dialético a partir de identidades diferentes” (p. 56).

Complementarmente, também entramos na seara do arquétipo da irmã/fraternidade, como exposto por Barcellos (2010): “A experiência da irmandade lança-nos num campo policêntrico, e assim nos complexifica, pois nos remete a uma rede horizontal de relações. A experiência da irmandade torna as coisas mais complexas para nós” (p. 59).

Grupo temático III – Tornar-se mulher, devir mulher

Sobre o Grupo Temático III, abordaram-se desde a reprodução dos estereótipos sexistas em torno do gênero em suas famílias – situação que encontramos respaldo em Hooks (2015b, p. 12), quando trata do “sexismo internalizado”, e em Wehr (2016, pp. 14–18), quando fala do “sexismo como visão de mundo” – e “internalização da opressão” até o enaltecimento de mães e avós como mulheres que sofreram muita violência e enfrentaram o machismo com as condições de que dispunham:

“Mesmo a pessoa que é oprimida e explorada ela vai reproduzir. . . . Elas acabam internalizando esses valores, essas concepções”. (Juliet)

“São mulheres que me ensinaram muito sobre o feminismo, inclusive; mas que, é isso . . . os valores que são postos nos nossos corpos eles pegam muitas de nós, né”. (Lou)

“As mulheres da minha família sofreram bastante violência”. (Margarete)

“Dentro dessas contingências todas que ela teve, eu acho que ela exerceu da melhor forma possível”. (Conceição)

Importante para nosso estudo foi quando as questionamos sobre a existência de algo que as definiam enquanto mulheres. Raquel disse que não sabia responder, mas achava que nada a caracterizava enquanto mulher. Conceição declarou buscar que nada a definisse nesse sentido. Fátima convergiu quando também afirmou não enxergar e não querer, uma vez que deseja ser “muitas coisas”, assim como Margarete, que informou que segue em descobrimento pois “ser mulher” são várias coisas.

Lou declarou que se reconhece num processo de tornar-se, distanciando-se de categorias fechadas, assim como Wilma, quando diz que se trata de uma indefinição circunscrita num processo contínuo de vir a ser. Maria Augusta disse que era uma pergunta difícil de responder, mas que se entendia mulher por ter experimentado a história como mulher. Pela trajetória de militância política, Juliet afirmou que a luta a definia enquanto mulher, pois entende a construção de gênero a partir de uma perspectiva cultural e histórica. Daniela talvez tenha sido a quem mais se aproximou

das convenções, ao falar sobre “força, renovação e sensibilidade”, mas, como procuramos enfatizar, tais categorias são experimentadas para além de uma visão essencialista de gênero, não sendo, portanto, algo inerentemente feminino, mas experimentado enquanto modelo possível das feminilidades.

Todas as participantes também versaram sobre as transformações, as quais contemplaram um sentimento de processo contínuo de desconstrução, libertação, emancipação, autonomia, protagonismo e vivacidade; de fortalecimento pessoal dentro de coletividades; de mudança de percepção, resistência e enfrentamento; de diluição dos próprios machismos; e de conscientização em torno dos processos sócio-históricos do machismo.

Aqui ressaltamos o pensamento de Rowland (2002) quando trata da importância de se compreender um “feminino” em sua significação fluida e incompleta, que abarque as possibilidades de transformações políticas e sociais (p. 149). Tal concepção se aproxima do pensamento de Gray (2008, p. 155), quando afirma que as mulheres somente podem individualizar-se se elas puderem estabelecer uma posição de fala que provenha genuinamente delas mesmas. Para tanto, necessitamos escutar o lado das mulheres da história (Wehr, 2016, p. 32) e refletir sobre as imagens produzidas pela imaginação feminina (Tannen, 2007, p. 119).

DISCUSSÃO

As falas trazidas pelas mulheres participantes da pesquisa configuram importante material para refletirmos sobre as realidades vivenciadas pelas mulheres e os paralelos com a teoria dos complexos culturais em suas formas de expressão destrutivas e construtivas.

A partir das narrativas dessas mulheres feministas, verificamos como elas percebem, lidam e são afetadas por certos valores, representações e crenças pautadas em uma lógica sexista, como o sentimento automático de culpa diante de uma situação de violência sofrida, conforme expresso por Wilma.

Também discutiram sobre as repetições/reproduções de certos padrões de comportamentos machistas dentro do núcleo familiar, mas também sinalizando as tentativas de ruptura a partir das condições

existentes, indicando o árduo desafio de lidar com as repetições de padrões de violência e machismo, e, ainda assim, reconhecendo as aberturas para as possibilidades de vivências mais saudáveis de relacionamento, como as palavras de Conceição, Lou e Juliet expressaram.

Um aspecto da mais alta importância presente nesse contexto coletivo é a forte presença da necessidade do sentido/sentimento de pertencimento, e aqui recordamos das definições de Kimbles (2006, pp. 96–98) a respeito do pertencer e do movimento de continuidade histórica, e de quando Henderson (1990, p. 103) aborda sobre a memória histórica.

O pertencimento e a historicidade presentes nesse lidar com os padrões manifestos da cultura são questões que mobilizam essas mulheres que se mostram implicadas em se debruçar sobre si e sobre os outros. Nesse sentido, as falas sobre “pertencer” e “compartilhar” também indicam a necessidade de construir, fortalecer e cultivar uma identidade individual e grupal que se objetiva a partir de um olhar crítico sobre as questões pessoais e coletivas, como é possível perceber nas falas de Raquel, Fátima e Lou.

Sobre esse pertencer e cultivar da identidade que sustenta um processo de revisão crítica, também foi interessante perceber a existência da sustentação do desconforto, como, por exemplo, nas falas que indicam a sensibilidade para outras formas de viver e sofrer enquanto mulher, como sinalizaram Conceição, Wilma e Fátima. Em resumo, atestaram a necessidade de se aprender e conviver com as diferenças como uma forma de continuidade histórica e fortalecimento da identidade individual e grupal.

O pessoal é político. Eis um dos grandes motes dos movimentos feministas. Este trabalho reforçou a ideia do quanto a realidade externa afeta e molda as singularidades, vindo a animar aquilo que habita o mundo interior. Também vimos como os níveis pessoal e coletivo constituem fronteiras que se mostram mais inter-relacionadas – afetando-se mutuamente – do que instâncias totalmente opostas, e aqui utilizamos dos feminismos na tentativa de ampliar horizontes teóricos, afinal, recorreremos à noção de *anima mundi* utilizada por Jung (1928/2011c): “com a psique acontece justamente o que acontece com o mundo” (p. 83) – e quando afirma que “do mesmo modo

que o indivíduo não é apenas um ser singular e separado, mas também um ser social, a psique humana também não é algo de isolado e totalmente individual, mas também um fenômeno coletivo” (Jung, 1928/2012b, p. 35).

Nós nos fundamentamos também no pensamento de Samuels (2002), quando diz que “o político e o psicológico mantêm uma relação interdependente” (p. 23), e de que “não há pessoal fora do político; o político é em si uma pré-condição para a subjetividade” (Samuels, 1995, pp. 70–71). O autor reconhece o valor do feminismo nessas discussões, como quando declara que “foi o feminismo que nos introduziu para esse novo tipo de política. É uma política no nível do sentimento, uma política subjetiva que abrange a crucial inter-relação entre as dimensões públicas e privadas de poder” (Samuels, 2000, p. 87).

Nesse sentido, assim como os complexos pessoais podem manifestar-se de forma construtiva ou destrutiva, assim também operam os complexos culturais à medida que reconhecemos que certas estruturas de opressão – como o sexismo – perpassam a vida cotidiana e afetam nossa psique em seu nível mais íntimo, moldando sentimentos, imagens, crenças e padrões de comportamento em torno do que se define como masculinidade e feminilidade.

Complementarmente, é importante enfatizar a relevância das falas trazidas pelas mulheres e suas possíveis relações com o processo de individuação, entendido aqui como um processo de singularização dos indivíduos que “objetiva o desenvolvimento da personalidade individual” (Jung, 1921/2013c, p. 467) e se trata simultaneamente de “um processo interior e subjetivo de integração” e “um processo objetivo de relação com o outro” que não podem existir um sem o outro” (Jung, 1946/2011b, p. 121).

Em suma, considerando que o processo de individuação não leva ao isolamento, uma vez que também inclui o mundo, encontramos, inclusive, possibilidades de desenvolvimento de vivências mais abrangentes com a coletividade (Jung, 1921/2013c, p. 468), valorizando, então, a particularização dos indivíduos, considerando seus respectivos contextos sociais e culturais (Henderson, 1984; Kimbles, 2014).

As mulheres, por si mesmas, atestaram e verbalizaram diversos elementos transformativos em suas vidas pessoais, considerando tanto suas

relações interpessoais mais íntimas quanto as relações estabelecidas nos contextos grupais a partir do pertencimento em coletivos feministas, relações evidentemente perpassadas pelo constante confronto com as práticas cotidianas de discriminação de gênero e o conseqüente desvelamento de suas possibilidades de desconstrução, superação e reconstrução, visando a formas mais saudáveis de expressão e relação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como palavras finais, as mulheres participantes desta pesquisa reconhecem o feminismo enquanto movimento possibilitador de transformação – individual e coletiva –, pensando aqui no dinamismo da alteridade e de possibilidades mais horizontais de relação, e que também pode prover uma ampliação de como refletimos sobre as imagens e imaginações que versam sobre gênero. Também apontamos a necessidade de aprofundamento dos estudos de gênero sob uma perspectiva junguiana que possa enriquecer seu campo teórico junto a outros campos do conhecimento e junto aos fenômenos culturais – e pensar o sexismo enquanto complexo cultural se revela uma possibilidade para estudos futuros.

REFERÊNCIAS

- Almeida, S. L. (2018). *O que é racismo estrutural?* Belo Horizonte: Letramento.
- Barcellos, G. (2010). *O irmão: Psicologia do arquétipo fraterno*. Petrópolis: Vozes.
- Bardin, L. (2016). *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70.
- Bates, L. (2016). *Everyday sexism*. New York: Thomas Dunne Books.
- Byington, C. (1994). *Dimensões simbólicas da personalidade*. São Paulo: Ática.
- Cisne, M. (2014). *Feminismo e consciência de classe no Brasil*. São Paulo: Cortez.
- Faria, D. L. (2003). *O pai possível: Conflitos da paternidade contemporânea*. São Paulo: EDUC; FAPESP.

- Gray, F. (2008). *Jung, Irigaray, and individuation philosophy, analytical psychology, and the question of the feminine*. New York: Routledge.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2018). *Estatísticas de gênero: Indicadores sociais das mulheres no Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE. (Estudos e Pesquisas: Informação Demográfica e Socioeconômica, 38). Recuperado de <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101551>
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2019). *Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE. (Estudos e Pesquisas: Informação Demográfica e Socioeconômica, 41). Disponível em <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101681>. Acesso em 15 de setembro de 2020
- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. (2019). *Atlas da violência*. Brasília; Rio de Janeiro; São Paulo: IPEA; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.
- Henderson, J. (1984). *Cultural attitudes in psychological perspective*. Toronto: Inner City Books.
- Henderson, J. (1990). *Shadow and self: Selected papers in analytical psychology*. Wilmette IL: Chiron Publications.
- Hillman, J. (1984). *O mito da análise: Três ensaios de psicologia arquetípica*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Hillman, J. (1985). *Anima: Anatomia de uma noção personificada*. São Paulo: Cultrix.
- Hillman, J. (2010). *Re-vendo a psicologia*. Petrópolis: Vozes.
- Hooks, B. (2015a). *Feminist theory: From margin to center*. New York: Routledge.
- Hooks, B. (2015b). *Feminism is for everybody: Passionate politics*. New York: Routledge.
- Jung, C. G. (2011a). *Civilização em transição*. Petrópolis: Vozes. (Trabalho original publicado em 1927)
- Jung, C. G. (2011b). *Ab-reação, análise dos sonhos e transferência*. Petrópolis: Vozes. (Trabalho original publicado em 1946)

- Jung, C. G. (2011c). *A natureza da psique*. Petrópolis: Vozes. (Trabalho original publicado em 1928).
- Jung, C. G. (2012). *O eu e o inconsciente*. Petrópolis: Vozes. (Trabalho original publicado em 1928)
- Jung, C. G. (2013a). *O desenvolvimento da personalidade*. Petrópolis: Vozes. (Trabalho original publicado em 1931)
- Jung, C. G. (2013b). *Os arquétipos e o inconsciente coletivo*. Petrópolis: Vozes. (Trabalho original publicado em 1950)
- Jung, C. G. (2013c). *Tipos psicológicos*. Petrópolis: Vozes. (Trabalho original publicado em 1921)
- Kimble, S. L. (2004). A cultural complex operating in the overlap of clinical and cultural space. In T. Singer & S. L. Kimble (Eds.), *The cultural complex: Contemporary Jungian perspectives on psyche and society* (pp. 199–211). New York: Routledge.
- Kimble, S. L. (2006). Cultural complexes and the transmission of group traumas in everyday life. *Psychological Perspectives*, 49(1), 96–110. <https://doi.org/10.1080/00332920600733040>
- Kimble, S. L. (2014). *Phantom narratives: The unseen contributions of culture to psyche*. London: Rowman & Littlefield.
- Nascimento, L. C. S. (2015). *Essa ciranda não é minha só, é de todas nós: Um estudo sobre o feminismo, autonomia e consciência coletiva* (Dissertação de mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, Brasil.
- Penna, E. M. D. (2013). *Epistemologia e método na obra de C. G. Jung*. São Paulo: EDUC; FAPESP.
- Rowland, S. (2002). *Jung: A feminist revision*. Polity Press.
- Samuels, A. (1992). *A psique plural: Personalidade, moralidade e o pai*. Rio de Janeiro: Imago.
- Samuels, A. (1995). *A psique política*. Rio de Janeiro: Imago.
- Samuels, A. (2000). The politics of transformation: The transformation of politics. In T. Singer (Ed.), *The vision thing: Myth, politics, and psyche in the world* (pp. 84–95). New York: Routledge.
- Samuels, A. (2002). *A política no divã: Cidadania e vida interior*. São Paulo: Summus.

- Singer, T., & Kimbles, S. L. (2004). *The cultural complex: Contemporary Jungian perspectives on psyche and society*. New York: Routledge.
- Stoupas, L. L. (2015). *The myth of the feminine: Problematic fictions* (Doctoral dissertation). Pacifica Graduate Institute, Carpinteria, CA, USA.
- Tannen, R. S. (2007). *The female trickster: The mask that reveals: Post-Jungian and postmodern psychological perspectives on women in contemporary culture*. New York: Routledge.
- Zanetti, J. P. (2009). *Jovens feministas: Um estudo sobre a participação juvenil no feminismo no Rio de Janeiro* (Dissertação de mestrado). Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, Brasil.
- Zanetti, J. P. (2011). Jovens feministas do Rio de Janeiro: Trajetórias, pautas e relações intergeracionais. *Cadernos Pagu*, 36, 47–75. <https://doi.org/10.1590/S0104-83332011000100004>
- Wehr, D. S. (2016). *Jung and feminism: Liberating archetypes*. Routledge: London.

Recebido em 09/11/2020

Aceito em 05/10/2021